

PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

BALANÇO 2023

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Elmano de Freitas

Governador do Estado do Ceará

Jade Romero

Vice-Governadora do Ceará

Rafael Machado Moraes

Procurador-Geral do Estado do Ceará

João Renato Banhos Cordeiro

Procurador-Geral Executivo de Contencioso Geral
e Administrativo

Camilly Cruz

Procuradora-Geral Executiva de Consultoria e
Contencioso Tributário

Iuri Chagas De Carvalho

Procurador-Geral Executivo Assistente

**Procuradoria de Execuções e
Precatórios – PROEXP**

Procurador-chefe: André Luiz Sienkiewicz Machado

**Procuradoria da Administração Indireta
e de Políticas Públicas – PROCADIN**

Procuradora-chefe: Lia Almino

Procuradoria da Dívida Ativa – PRODAT

Procurador-chefe: Fredy Bezerra de Menezes

Procuradoria Fiscal – PROFIS

Procurador-Chefe: Gerardo Rodrigues

**Procuradoria de Atuação Fiscal
Estratégica – PAFE**

Procuradora-chefe: Camilly Cruz

Procuradoria Judicial – PROJU

Procurador-Chefe: Rizomar Nunes
Pereira

Consultoria-Geral

Procurador-chefe: Rafael Machado Moraes

Procuradoria de Processo

Administrativo-Disciplinar – PROPAD

Procurador-Chefe: Daniel Feitosa de Menezes

**Procuradoria dos Tribunais
Superiores – PROSUP**

Procuradora-chefe: Ludiana Carla
Braga Façanha

**Procuradoria do Patrimônio e
do Meio Ambiente – PROPAMA**

Procurador-Chefe: Marcus Claudius Saboia
Rattacaso

Centro de Estudos e Treinamento – CETREI

Procurador-chefe: César Oliveira
de Barros Leal

Procuradoria de Licitações, Contratos

Administrativos e Controle Externo – PROLIC

Procuradora-chefe: Simone Oliveira

**Procuradoria de Políticas de
Saúde – PRSAÚDE**

Procuradora-chefe: Caroline Gondim

Editorial

Cristiane Bonfim
Assessora de Comunicação

João Victor Costa
Analista de Marketing e Publicidade

APRESENTAÇÃO

Olhar para o caminho trilhado com objetividade e foco nos cidadãos em 2023 é também um estímulo que aponta para darmos passos firmes e maiores para a conquista de outros desafios institucionais em 2024. Os resultados são estimulantes e falam de um projeto que envolve esforços e envolvimento coletivos.

Dessa forma, o balanço apresentado a seguir demonstra que temos atuado com transparência, impessoalidade e efetividade no cumprimento de missão essencial da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará para a gestão pública e para a população cearense.

Por meio do trabalho que vem sendo realizado na Procuradoria-Geral, políticas públicas são viabilizadas e efetivadas. O que construímos e publicizamos aqui chega de uma ponta a outra do Ceará, com impactos na saúde, na educação, na infraestrutura e em diversas áreas fundamentais para a consolidação de um estado que vem se destacando em âmbito regional e nacional.

Em temas fundamentais, como a defesa dos interesses do Estado e da população cearense, o trabalho desenvolvido na PGE-CE é destaque. Tem sido assim, por exemplo, na busca por contribuir para ampliar a arrecadação estadual, na defesa do Ceará no processo de litígio e no crescimento de acordos firmados para a quitação de precatórios do Estado. O diálogo interinstitucional e a conciliação são prioridades para essa trajetória.

Como função essencial à Justiça, temos também trabalhado para a construção de uma Procuradoria-Geral institucionalmente mais forte e adequada para responder às demandas crescentes do Estado. Nesse sentido, a realização de concurso público em 2024 é uma vitória histórica e contribuirá para uma PGE fortalecida e ainda mais eficiente.

Em avaliação permanente, no âmbito interno, estamos alcançando resultados relevantes em relação ao que foi pactuado no planejamento estratégico da instituição realizado em 2022. À época, foram estabelecidos 23 (vinte e três) objetivos para o período do quadriênio que se encerra em 2025. Eles serão atingidos por meio da execução de 130 (cento e trinta) projetos estratégicos definidos, dos quais 35,3% foram concluídos até o fim de 2023 e 33,8% estão em andamento.

A atuação diligente da PGE-CE representou um total de 123.467 processos analisados, arrecadação de R\$ 368.948.128,97 e economia gerada de R\$ 12,08 bilhões no último ano. Nessa caminhada que se dá de forma coletiva e consistente, avançamos muito e ainda temos outras grandes conquistas a buscar. Sigamos nessa direção com determinação, diálogo e objetividade.



REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL



Reorganização das novas procuradorias e da gestão administrativa remodelou a estrutura organizacional da PGE-CE em 2023.



4 novas Leis Complementares

LC 303/2023

Em 21 de março de 2023, a Lei Complementar nº 303 renomeou a Procuradoria de Representação no Distrito Federal, órgão de execução programática a quem compete atuar junto aos Tribunais Superiores sediados em Brasília/DF, podendo exercer as atribuições próprias dos demais órgãos de execução programática, inclusive agir em conjunto com estes, conforme orientação do Procurador-Geral do Estado

LC 304/2023

O Gabinete da PGE-CE passou a contar com o núcleo estratégico para demandas especiais, criada pela Lei Complementar Nº 304, de 8 de maio de 2023, com competência para o acompanhamento e/ou a atuação em ações judiciais ou desempenho de atividade consultiva envolvendo questões ou temas relevantes e/ou estratégicos para o Estado.

LC 307/2023

Para o aperfeiçoamento da gestão administrativa e planejamento das ações, a Procuradoria passou a contar com a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP), por meio da Lei Complementar nº 307, de 11 de julho de 2023, com a competência de prestar assessoramento técnico ao Procurador-Geral, aos Procuradores-Gerais Executivos, ao Secretário-Geral em assuntos de natureza técnica de planejamento, desenvolvimento institucional, modernização administrativa e excelência da gestão pública. Além da criação do Núcleo de Prevenção e Combate à Fraude Previdenciária, vinculado à Consultoria-Geral, será formado por equipe de servidores e/ou militares estaduais encarregados da realização de diligências no sentido de coibir o cometimento de fraude no âmbito do Regime Próprio de Previdência Estadual.

LC 320/2023

Em 19 de dezembro de 2023, a PGE alterou os artigos 6.º, 12 e 45, por meio da Lei Complementar nº 320. As mudanças incluem a criação de órgãos de execução programática, como a Procuradoria da Administração Indireta, a Procuradoria dos Tribunais Superiores e a Procuradoria de Políticas de Saúde. Além de tratar de questões relacionadas ao exercício cumulativo de atribuições nos órgãos finalísticos da Procuradoria-Geral do Estado, estabelecendo compensação e disciplina, com destaque para as despesas que serão cobertas pelo Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará (Funpece). Criação do Núcleo de Monitoramento de Cumprimento de Decisões Judiciais em Demandas de Saúde e o Núcleo de Ressarcimento Financeiro em Demandas de Saúde, vinculados à Procuradoria de Políticas de Saúde, descrevendo suas atribuições e competências. Além disso, a emenda prevê a criação de cargos de provimento em comissão na PGE e estabelece que as despesas decorrentes da lei serão cobertas pelo orçamento consignado para a Procuradoria-Geral do Estado, podendo ser suplementado se necessário.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico da PGE-CE para o quadriênio 2022-2025 foi finalizado em junho de 2022. Nesse trabalho, a PGE redefiniu a missão e a visão institucional e estabeleceu os valores estratégicos que norteiam a sua atuação. Foram estabelecidos 23 (vinte e três) objetivos estratégicos para o período, os quais serão atingidos por meio da execução de 130 (cento e trinta) projetos estratégicos.

MISSÃO:

Promover a defesa dos interesses do Estado do Ceará em juízo e fora dele, para garantir a segurança jurídica necessária à prática de atos administrativos e à viabilização de políticas públicas em benefício da sociedade.

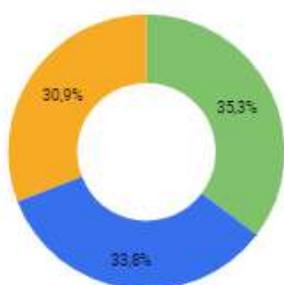
VISÃO:

Fortalecer-se como instituição, aprimorando sua relação com os cidadãos, órgãos e entidades, por meio de ações inovadoras, estratégicas e consensuais.

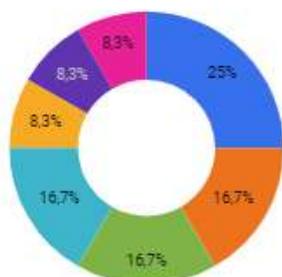
VALORES:

- Ética e transparência;
- Valorização dos profissionais;
- Visão sistêmica e gerencial, com foco em resultados;
- Foco no cidadão;
- Eficiência e efetividade;
- Celeridade e proatividade;
- Responsabilidade social, ambiental e fiscal;
- Inovação;
- Comprometimento institucional e profissional;
- Consensualidade, diálogo e cooperação.
- Valorização da governança;

A PGE, em 2023, concluiu 24 (vinte e quatro) projetos estratégicos



● Concluído
● Em andamento
● Não iniciado



● GESTÃO INSTITUCIONAL
● JUDICIAL / PROCADIN / PROSAÚDE / EXECUÇÕES / REPRESENTAÇÃO DF
● CONSULTORIA GERAL E PROCESSO ADMINISTRATIVO
● LICITAÇÕES
● COMUM A TODOS OS SETORES
● TRIBUTÁRIO E DÍVIDA ATIVA
● MEIO AMBIENTE

- Implementação de ambiente com infraestrutura multiuso de áudio e vídeo (audiências, videoconferências);
- Aquisição de software para elaboração dos laudos de avaliação de imóveis
- Implementação de ferramenta eletrônica para monitoramento do Planejamento Estratégico
- Elaboração de um plano de melhoria/substituição do Portal do Procurador
- Admissão de procuradores do concurso vigente
- Elaboração de estudo para implantação de teletrabalho na PGE
- Definição e implantação de sistemática para controle de acessos aos sistemas
- Substituição da plataforma Firewall Open Source por plataforma de Firewall Next Gen em alta disponibilidade
- Criação e implementação de sistemática para comunicar às áreas acerca de mudanças nas legislações
- Modernização da infraestrutura tecnológica de rede wi-fi;
- Reestruturação física (layout) das procuradorias e Coafi;
- Elaboração do mapa da PGE;
- Criação de um Grupo de Trabalho para estudar e propor ações para o cumprimento da ADI 145;
- Criação e implementação do fluxo do processo seletivo de estágio;
- Elaboração e implementação da regulamentação da nova legislação de licitações e contratações;
- Adequação dos sistemas de gestão de licitações;
- Aperfeiçoamento e capacitação da equipe da Prolic e Celic nas novas legislações;
- Adequação da Lei da Central de Licitações à nova legislação de licitações;
- Adequação das estruturas física e de TIC para atender às necessidades da nova legislação de licitações;
- Revisão dos padrões das minutas de editais e contratos;
- Criação e estruturação do Núcleo de Combate à Fraude Previdenciária;
- Prospecção de soluções seguras para peticionamento de demandas em massa;
- Implantação de Business Intelligence;
- Regulamentação da autonomia dos procuradores para realizações de acordos;

COOPERAÇÃO

Com dedicação e expertise, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) desempenha um papel fundamental na salvaguarda jurídica que assegura a concretização bem-sucedida dos programas e projetos de políticas públicas. Sua atuação estratégica é essencial para garantir a segurança jurídica necessária, promovendo o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade. Abaixo, destacam-se alguns pontos relevantes:



Ceará Sem Fome



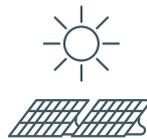
Hidrogênio Verde



Refis 2023



Vai Vem Livre



Renda do Sol



Reforma administrativa



Comitê de Conflitos Fundiários



Novo Concurso Estadual



ATUAÇÃO EM PROCESSOS E GERAÇÃO DE ECONOMIA



123.467

processos analisados



**4327 processos analisados
proporcionaram a seguinte
economia para o Estado:**



R\$ 237,8 milhões

economizados por meio de atuação da PGE



COMISSÃO CENTRAL DE DESAPROPRIAÇÕES E PERÍCIAS (CCDP)



598 ACORDOS

FIRMADOS EM 2023 PELA COMISSÃO CENTRAL DE
DESAPROPRIAÇÕES E PERÍCIAS



Implementação da Célula de Engenharia



Criação do Grupo de Trabalho para Desapropriações e Regularizações Estratégicas

REGULAMENTAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA PGE/GAB N°003, 29 DE SETEMBRO 2023

INSTITUI O FLUXO E A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS QUE TRAMITAM NA COMISSÃO CENTRAL DE DESAPROPRIAÇÕES E PERÍCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LICITAÇÕES

O Ceará foi uma das primeiras unidades da federação a contar com a integração e a sistematização das licitações em âmbito estadual, a partir de 2007. Transparência e pioneirismo são marcas que acompanham o Sistema de Licitações do Estado do Ceará – Central de Licitações (CELIC) desde o princípio.

A Central de Licitações atuou, em 2023, capacitando cerca de dois mil servidores e colaboradores da gestão pública para atender à nova legislação, que substituiu a Lei 8.666 (de 21 de junho de 1993).

O setor conta com cerca de 150 servidores entre pregoeiros e membros de apoio, comissões especiais de licitações, incluindo a Comissão Central de Concorrências



2.129

processos judiciais analisados



R\$ 12,08 bi

economizados para o Estado por meio de atuação da PGE



30,91%

em economia dos valores estimados frente aos valores a serem contratados



2.811

editais publicados





CAPACITAÇÃO



O Ciclo de Formação - Ceará Licita teve como objetivo principal qualificar os servidores e os colaboradores do serviço público no Ceará, no estado e nos municípios, sobre as mudanças da nova lei de licitações. As etapas presenciais, somaram um total de 60 horas-aula e foram realizadas de outubro a dezembro de 2023, com participantes de cerca de **50 municípios cearenses**.

CAPACITAÇÃO INTERNA



A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, por meio da Central de Licitações (Celic), realizou em 2023 cursos preparando seus servidores e os de diversos órgãos estaduais para atender à nova lei 14.133/21, em substituição à Lei 8.666. O objetivo da nova legislação é aprimorar a compra ou a contratação de bens, serviços e obras. Já foram realizados diversos cursos sobre o tema **com a participação de mais de 1.600 servidores de todas as secretarias estaduais.**

REGULAMENTAÇÃO

DECRETO Nº35.726, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 (DOE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023)

INSTITUI A COMISSÃO CENTRAL DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM LICITAÇÕES.

DECRETO Nº35.476, 26 DE MAIO DE 2023 (DOE, DE 29 DE MAIO DE 2023)

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO ESTADUAL Nº35.323, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DO PROCEDIMENTO AUXILIAR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

DECRETO Nº35.475, 26 DE MAIO DE 2023 (DOE, DE 29 DE MAIO DE 2023)

ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº35.322, DE 24 DE FEVEREIRO 2023, QUE REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, O SISTEMA DE COMPRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº35.474, DE 26 DE MAIO DE 2023 (DOE, DE 29 DE MAIO DE 2023)

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO ESTADUAL Nº35.341, DE 09 DE MARÇO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DA COTAÇÃO ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS, BENS E SERVIÇOS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

DECRETO Nº35.323, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023 (DOE, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023)

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DO PROCEDIMENTO AUXILIAR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 82 A 86 DA LEI FEDERAL Nº14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, E O ARTIGO 66 DA LEI Nº13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

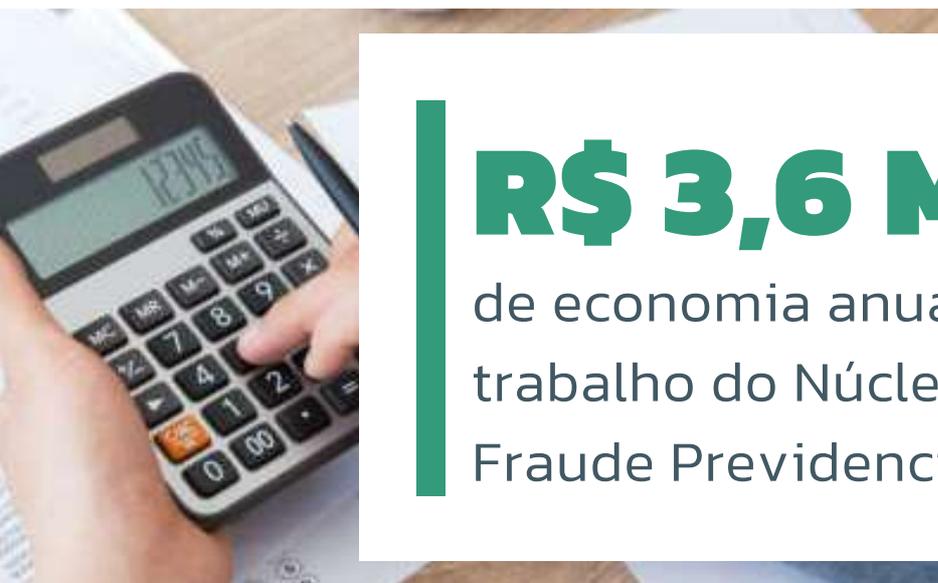
DECRETO Nº35.322, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023 (DOE, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023)

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, O SISTEMA DE COMPRAS.

DECRETO Nº35.283, DE 19 DE JANEIRO DE 2023 (DOE, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2023)

REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, PARA DISPOR SOBRE O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

COMBATE À FRAUDE PREVIDENCIÁRIA



R\$ 3,6 MILHÕES

de economia anual graças ao trabalho do Núcleo de Combate à Fraude Previdenciária da PGE.



21,15%

De cada treze documentos analisados, foram encontrados indícios de fraude em três.

40%

é o crescimento aproximado 2023 frente a 2022)

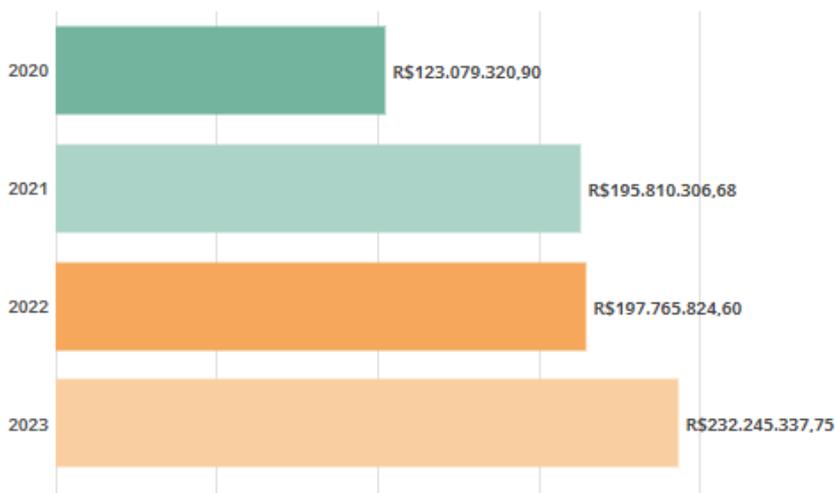


O Núcleo de Prevenção e Combate à Fraude Previdenciária, criado em julho de 2023, é responsável por coibir práticas fraudulentas no sistema previdenciário estadual. A criação desse núcleo demonstra o compromisso da gestão com a transparência e a responsabilidade fiscal, visando garantir que os recursos destinados à previdência sejam utilizados corretamente, beneficiando aqueles que realmente necessitam.

DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

R\$ 232,2 milhões

arrecadados e destinados para o Estado aplicar nas políticas públicas do Ceará em 2023.



17,44%
de crescimento no ano
(comparação com 2022)



86,27%

impulsionados exclusivamente
por medidas extrajudiciais
de cobrança



O aprimoramento da atuação da PGE-CE na gestão da Dívida Ativa tem gerado benefícios significativos para a sociedade em geral. O montante recuperado desempenha um papel crucial ao viabilizar a implementação de políticas públicas em favor da população cearense. O êxito obtido reflete a confiança construída entre a Administração e os contribuintes, consolidando-se como o principal alicerce do Portal do Contribuinte.

100 mil

atendimentos prestados
virtualmente, por meio do
Portal do Contribuinte



AÇÕES ESTRATÉGICAS E COOPERAÇÃO:

CONCURSO PMCE

20 DE DEZEMBRO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atende ao pedido da PGE-CE e autoriza o prosseguimento de concursos públicos para formação de soldado e de 2º tenente da Polícia Militar do Estado do Ceará (PM-CE), desde que sejam retiradas as restrições que limitavam o ingresso de mulheres a 15% das vagas.

11 DE DEZEMBRO

A PGE-CE protocola sua petição ao Supremo Tribunal Federal, solicitando a retomada do concurso.

7 DE DEZEMBRO

O ministro suspende o andamento dos concursos porque, para ele, as regras que limitavam a concorrência de mulheres caracterizam afrontam à igualdade de gênero. A PGE, por meio de suas redes sociais, informou a apresentação de recursos aos candidatos.

11 DE OUTUBRO

Petição Inicial (nº 114149) recebida no STF.



AÇÕES ESTRATÉGICAS E COOPERAÇÃO:

PRECATÓRIOS FUNDEF

No ano de 2023, a PGE-CE alcançou um marco significativo ao obter a aprovação da Ministra Rosa Weber, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, para a liberação dos recursos destinados ao pagamento da segunda parcela de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O montante substancial de R\$ 941.791.354,52 foi devidamente depositado em uma conta específica criada para essa finalidade, consolidando o compromisso do Governo do Ceará em fortalecer a educação.

Em consonância com as disposições legais, 60% do valor depositado nesta parcela, equivalente a aproximadamente R\$ 565,074 milhões, foram destinados ao rateio entre os 50.248 professores, isentos de qualquer incidência de imposto de renda. Esta distribuição representa um importante reconhecimento e valorização do trabalho desses profissionais dedicados à formação educacional no estado.

Os restantes 40% do montante, totalizando expressivos R\$ 376,71 milhões, são direcionados para a manutenção e desenvolvimento do ensino no Ceará. Essa alocação estratégica reflete o comprometimento em promover a qualidade da educação, garantindo recursos substanciais para iniciativas que contribuam para o avanço e aprimoramento do sistema educacional estadual.

Vale ressaltar que a primeira parcela de precatórios do Fundef foi integralmente paga aos professores vinculados à rede estadual em 1º de fevereiro deste ano. Aqueles profissionais sem vínculo recebem por meio de lotes de pagamento avulso, conforme divulgado em listas da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), evidenciando a transparência e eficiência no processo de distribuição dos recursos. Este é mais um passo relevante na busca pela equidade e valorização do magistério, reforçando o compromisso do governo em fortalecer o setor educacional no estado.

Em outubro de 2023, por meio da atuação da PGE-CE, foi firmado acordo entre o Estado e a União garantindo o repasse de R\$ 898 milhões adicionais relativos às diferenças de valores do Fundef para o Ceará. O termo de conciliação firmado com o Ministério da Educação e a Advocacia-Geral da União prevê o repasse de pelo menos 60% do crédito aos professores do estado, na forma de abono, inclusive a aposentados e pensionistas.



AÇÕES ESTRATÉGICAS E COOPERAÇÃO:

GESTÃO INTEGRADA DE JERICOACOARA

Linha do tempo de ações:

21 de dezembro de 2023

PGE-CE subscreve acordo para a criação do Mosaico de Jericoacoara e a gestão integrada e ampliada do Parque Nacional de Jericoacoara. A iniciativa é fruto de negociações entre os governos estadual e federal e contou com o assessoramento direto da AGU e da Procuradoria-Geral do Estado.

5 de setembro de 2023

O Governo Federal cancela o edital de concessão do Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ) através de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

11 de maio de 2023

A Procuradoria-Geral do Estado Ceará (PGE-CE) e as Secretarias do Meio Ambiente e do Turismo construíram a Proposta de Gestão Compartilhada do Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ) e encaminhadas ao ICMBio.

16 e 17 de março de 2023

PGE-CE realiza com Sema e Setur oficinas sobre gestão compartilhada do Parque Nacional de Jericoacoara. O modelo de gestão compartilhada de Unidades de Conservação (UC) busca unir esforços da gestão pública com atores sociais e instituições locais.

7 de março de 2023

O Estado do Ceará, com atuação da PGE, consegue suspender o edital de concessão do Parque Nacional de Jericoacoara.



AÇÕES ESTRATÉGICAS E COOPERAÇÃO:

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.831: LÍTIPIO DE TERRAS ENTRE OS ESTADOS DO CEARÁ E DO PIAUÍ

O processo está sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia. O Estado do Ceará compreende que os principais afetados com qualquer decisão serão as pessoas que vivem na região do litígio e que, de forma inquestionável, se consideram, desde muitas gerações, pertencentes ao Ceará.

A defesa do Ceará no processo da Ação Cível Originária (ACO) nº 1831 baseia-se tanto na análise técnica de documentos e mapas históricos que comprovam a posse do território ao Ceará, quanto em outras importantes variáveis relacionadas ao direito da população que habita os municípios cearenses envolvidos na disputa. Ambos os argumentos já foram apresentados ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Exército.

Em 9 de março de 2023, o governador Elmano de Freitas determinou a formação de um Grupo de Trabalho (GT) para analisar o litígio entre os estados. O decreto autorizando a criação do GT foi assinado no mesmo dia. A coordenação desse grupo é conduzida pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), com a participação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), Fundação Universidade Estadual do Ceará (Funece), do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e da Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (Semace).

O objetivo fundamental desse GT é conduzir estudos abrangentes sobre a região, contemplando diferentes aspectos como perfil socioeconômico, histórico e demográfico. Além disso, um inventário detalha os equipamentos públicos e privados na área em disputa. O esforço conjunto dessas entidades visa trazer uma compreensão aprofundada da situação, contribuindo para a busca de uma resolução justa e sustentável para o litígio entre Ceará e Piauí.



AÇÕES ESTRATÉGICAS E COOPERAÇÃO:

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.831: LÍTIPIO DE TERRAS ENTRE OS ESTADOS DO CEARÁ E DO PIAUÍ

2011



No ano de 2011, o Piauí ingressou no STF com Ação Cível Originária (ACO) 1.831 contra o Ceará, questionando a divisa entre os dois Estados. Na referida ação, o Piauí requer uma área de aproximadamente 3 mil km² envolvendo partes de 13 municípios cearenses. Os documentos citados pelo Piauí na petição da ACO 1.831 referem-se ao Decreto Imperial de 1880 e ao Convênio Arbitral de 1920. Somente no ano de 2020 o Estado autor menciona, embora não vinculado em sua petição inicial, a existência de mapas históricos, especialmente o Mapa de Gallucio de 1761

2012

Em 2012, o IBGE realizou um trabalho técnico por solicitação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia Geral da União para delimitação da divisa em uma área piloto (municípios de Poranga-CE e Pedro II-PI), abordando em sua metodologia a análise histórica-documental, aspectos geográficos, culturais, sociais e trabalho de campo. O resultado do estudo técnico foi favorável ao Ceará. O Piauí se retirou da conciliação, tendo, dessa forma, dado continuidade à ACO 1831



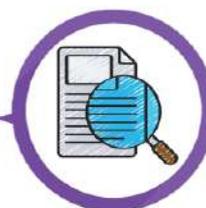
2016

Em 2016, o Ministro Dias Toffoli designou que o Exército Brasileiro realizasse a perícia técnica (ainda em andamento) para a delimitação da divisa. Essa instituição fez um relatório técnico inicial considerando somente aspectos geográficos e cartográficos



2023

Em 10 de julho de 2023, o Exército informou que o referido relatório do ano de 2016 deve ser considerado somente para fins orçamentários. A perícia do Exército tem cronograma de término previsto para o mês de maio/2024, sendo que a metodologia envolve quatro fases: Planejamento; Imageamento e coleta de dados; Análise de dados históricos e Geração de produtos periciais



AÇÕES ESTRATÉGICAS E COOPERAÇÃO:

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.831: LITÍGIO DE TERRAS ENTRE OS ESTADOS DO CEARÁ E DO PIAUÍ

Destaques:

9 de março de 2023:

O governador Elmano de Freitas assina decreto que autoriza a criação do Grupo de Trabalho, coordenado pela PGE-CE, para acompanhar a disputa territorial entre Ceará e Piauí.

28 de junho de 2023:

O programa Questão de Ordem, da TV Assembleia, aborda a disputa territorial entre Ceará e Piauí que tramita no Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 1.831/2011.

5 de julho de 2023:

A PGE-CE contextualiza o litígio entre Ceará e Piauí no programa Cena Pública, da TV Ceará, destacando o contexto do processo.

7 de julho de 2023:

Integrantes do Grupo de Trabalho Multidisciplinar que subsidia a defesa do Ceará em relação ao litígio participam de reunião em Brasília, no Exército, para discutir informações relacionadas ao processo.

17 de agosto de 2023:

Em Viçosa do Ceará, município localizado na Serra de Baturité, PGE contribui com audiência sobre disputa territorial entre CE e PI.

11 de setembro de 2023:

A PGE-CE realiza reunião com representantes dos povos indígenas para discutir a defesa do Ceará no litígio com o Piauí. O encontro conta com a presença do secretário-executivo da Secretaria dos Povos Indígenas (Sepin) e do cacique Renato Gomes da Costa, da etnia Potiguara de Crateús.

16 de setembro de 2023:

Durante a Ibiapaba Agrotech, feira agrícola em Guaraciaba do Norte, a PGE-CE reafirma a defesa do Ceará no processo de litígio.

9 de novembro de 2023:

Grupo de Trabalho do Ceará apresenta Nota Técnica com análise de documentos históricos sobre o litígio entre Ceará e Piauí.

20 de novembro de 2023:

OAB-CE entra com pedido de ingresso no STF como interessada no processo de litígio

6 de dezembro de 2023:

A comunidade quilombola Três Irmãos, localizada entre os municípios de Croatá e Ipueiras, requer ao STF entrar como interessada na ACO nº 1.831, buscando proteger seu território marcado por quase dois séculos de vivências e memórias.

11 de dezembro de 2023:

A PGE-CE participa do lançamento do livro "Análise Histórica das Divisas Cearenses: caso do litígio de terras entre o Ceará e o Piauí," que contém documentos que comprovam a posse ininterrupta de territórios cearenses.

VALORIZAÇÃO DE CARREIRA: CONSELHO SUPERIOR

A eleição para o Conselho Superior da Procuradoria-Geral ocorreu em 14 de julho de 2023. O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado (CSPGE) desempenha diversas atribuições, incluindo a análise de temas relevantes para a PGE-CE e questões relacionadas à carreira de Procurador do Estado. Além disso, o Conselho tem a responsabilidade de elaborar e reexaminar, com a aprovação do Procurador-Geral do Estado, súmulas destinadas a uniformizar a jurisprudência administrativa do Estado. Outra função crucial é a resolução de conflitos de atribuições entre os órgãos de execução programática da Procuradoria-Geral.

O Conselho destaca-se como um espaço de participação democrática, proporcionando aos procuradores do estado a oportunidade de apresentar propostas e expressar suas opiniões. Essa dinâmica colaborativa visa enriquecer a gestão da Procuradoria-Geral, reforçando a importância do diálogo e da contribuição ativa dos membros. O balanço de 2023 consolida o Conselho Superior como um pilar fundamental para o aprimoramento contínuo da instituição.



COMISSÃO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, visando aprimorar a gestão e o desenvolvimento de pessoas, implementou o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho. A Portaria nº27 de 2023, publicada no dia 6 de junho, estabelece os objetivos e diretrizes desse programa, que integra o planejamento estratégico da instituição para o quadriênio 2022-2025.

O programa tem como propósito promover o bem-estar individual e coletivo no ambiente de trabalho, sem qualquer forma de discriminação. Além disso, busca garantir a melhoria da autoestima e da integração dos servidores, estagiários e colaboradores, identificar, prevenir e enfrentar os riscos psicossociais no trabalho e fomentar um espaço de escuta para os integrantes da PGE-CE.

Alguns Destaques:



COMISSÃO DE ACOLHIMENTO DAS MULHERES

Principais pontos:

Reconhecimento pelo Tribunal de Justiça (22/03):

A Comissão de Acolhimento foi agraciada com o selo "Empresa Parceira - 2023" pelo Tribunal de Justiça do Ceará, em reconhecimento às ações significativas no combate à violência contra a mulher.

Evento Colaborativo em Homenagem ao Dia da Mulher:

Realização de um evento em homenagem ao Dia da Mulher, direcionado às colaboradoras da PGE, demonstrando o compromisso com a valorização e empoderamento das mulheres no ambiente de trabalho.

Palestra Informativa sobre Câncer de Mama (25/10):

Durante a Semana do Servidor e em alusão ao Outubro Rosa, a Comissão promoveu uma palestra informativa sobre os riscos e fatores de prevenção ao câncer de mama, representando impacto positivo na conscientização e promoção da saúde entre as colaboradoras.

Acolhimento e Rodas de Conversa:

Além das palestras, a Comissão ofereceu acolhimento contínuo às colaboradoras, proporcionando um espaço seguro para diálogos e trocas de experiências. Destaque para as rodas de conversa com os setores de Tecnologia da Informação e Segurança, fortalecendo a integração e sensibilização sobre bem-estar e igualdade de gênero.

A Comissão de Acolhimento das Mulheres da PGE reafirma seu compromisso em promover um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e comprometido com o respeito aos direitos e à dignidade das mulheres. Esses eventos realizados em 2023 contaram com a participação estimada de 300 pessoas.



MODERNIZAÇÃO

AVANÇOS EM MEDIDAS DE INOVAÇÃO

A PGE-CE teve projeto de inovação aprovado e passou a contar com Programa Cientista Chefe. O projeto é fundamentado na aplicação de Inteligência Artificial para explorar dados estruturados e semiestruturados para prover métodos, técnicas e ferramentas que possam contribuir com uma atuação mais ágil, acessível e conectada com a realidade social na Procuradoria-Geral do Estado.

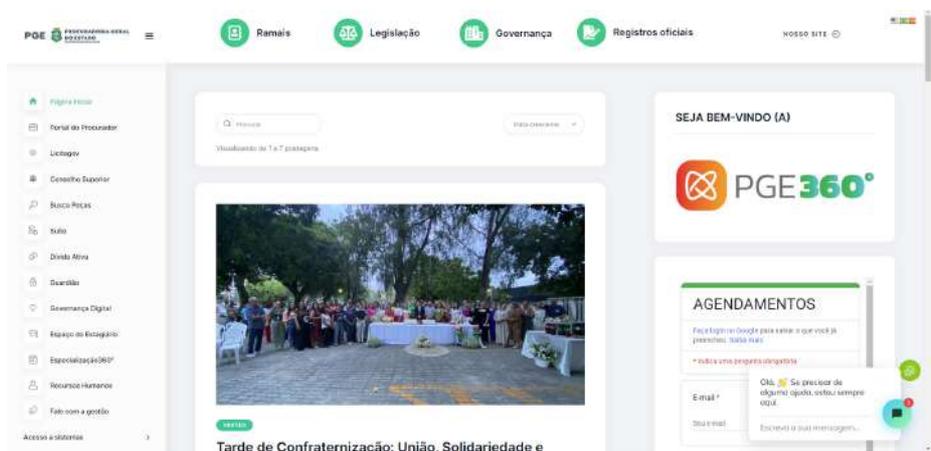


NOVO PORTAL DE ORIGENS DA DÍVIDA ATIVA

O novo Portal de Origens tem por objetivo contribuir de forma eficiente e eficaz para gestão da dívida ativa, agregando valor aos serviços prestados aos cidadãos cearenses.

PGE 360°: NOVO PORTAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA

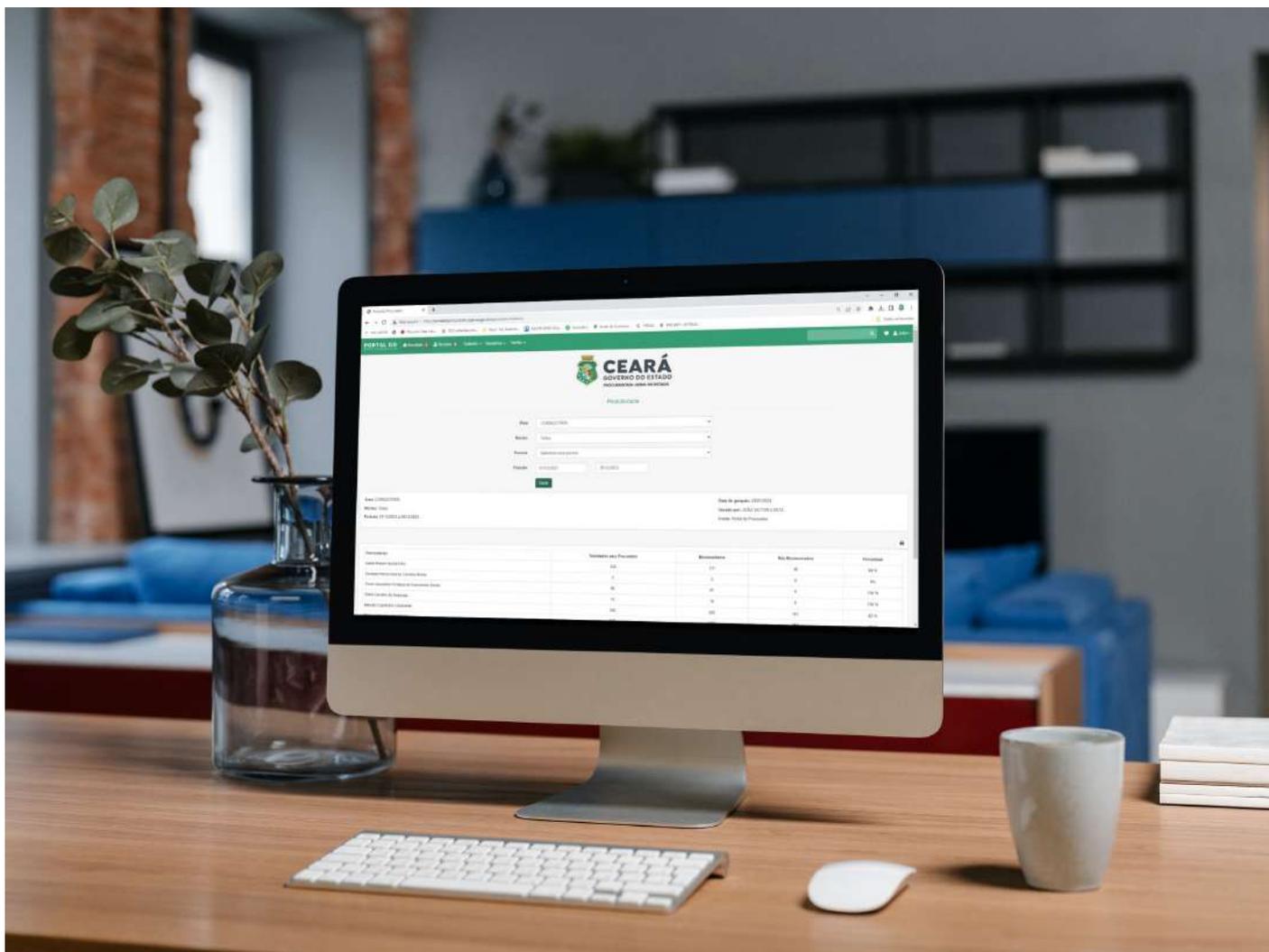
Comprometida em oferecer um ambiente de trabalho eficiente e colaborativo, a PGE-CE busca fortalecer a comunicação interna, o compartilhamento de informações e o acesso a recursos essenciais, em consonância com os objetivos do planejamento estratégico para o período de 2022-2025.



INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA

-  **Aquisição de 14 (quatorze) desktops Avançados Lenovo + Monitor de 23"8 polegadas, com garantia de 60 (sessenta) meses on-site.**
-  **Aquisição de 04 Notebooks.**
-  **Aquisição de 03 Licenças SISDEA e 03 Licenças SISRENDA.**
-  **Aquisição de 35 Nobreaks.**
-  **Aquisição de 10 (dez) Estabilizadores de 1500va.**
-  **Contratação de Solução para 358 (trezentos e cinquenta e oito) Licenças de Antivírus, com vigência de 36 (trinta e seis) meses.**
-  **Fornecimento de Pontos de Acesso e Sistema de Gerenciamento de Ponto de Acesso em Nuvem.**
-  **Aquisição de equipamentos para gravação e armazenamento de áudio e vídeo (2 filmadoras, 2 tripés e um suporte para celular).**
-  **Aquisição de 07 TVS de 50".**
-  **Aquisição de 70 monitores.**
-  **Aquisição de 04 GPS portáteis para PROPAMA.**
-  **Ampliação da prestação de serviços de computação em nuvem, homologados e disponibilizados no Marketplace da ETICE, englobando serviços nas modalidades de IaaS, PaaS e SaaS, ofertados sob demanda, para a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará-PGE, por um período de 12 (doze) meses.**
-  **Prestação de fornecimento de Solução de Qualificação e Apoio à Recuperação de Débitos com base de dados própria, suporte presencial e remoto e prestação de serviços técnicos especializados.**
-  **Contratação de solução de proteção de redes incluindo aquisições de hardware e software.**
-  **Aquisição 03 geoffice topografia + georreferenciamento.**
-  **Aquisição de 40 licenças no JusBrasil PRO.**
-  **Aquisição de 100 estabilizadores 500 Va.**

Foi realizada a documentação de requisitos funcionais e iniciado uma negociação de preço com a ETICE para o desenvolvimento por meio da contratação de Fábrica de Software.



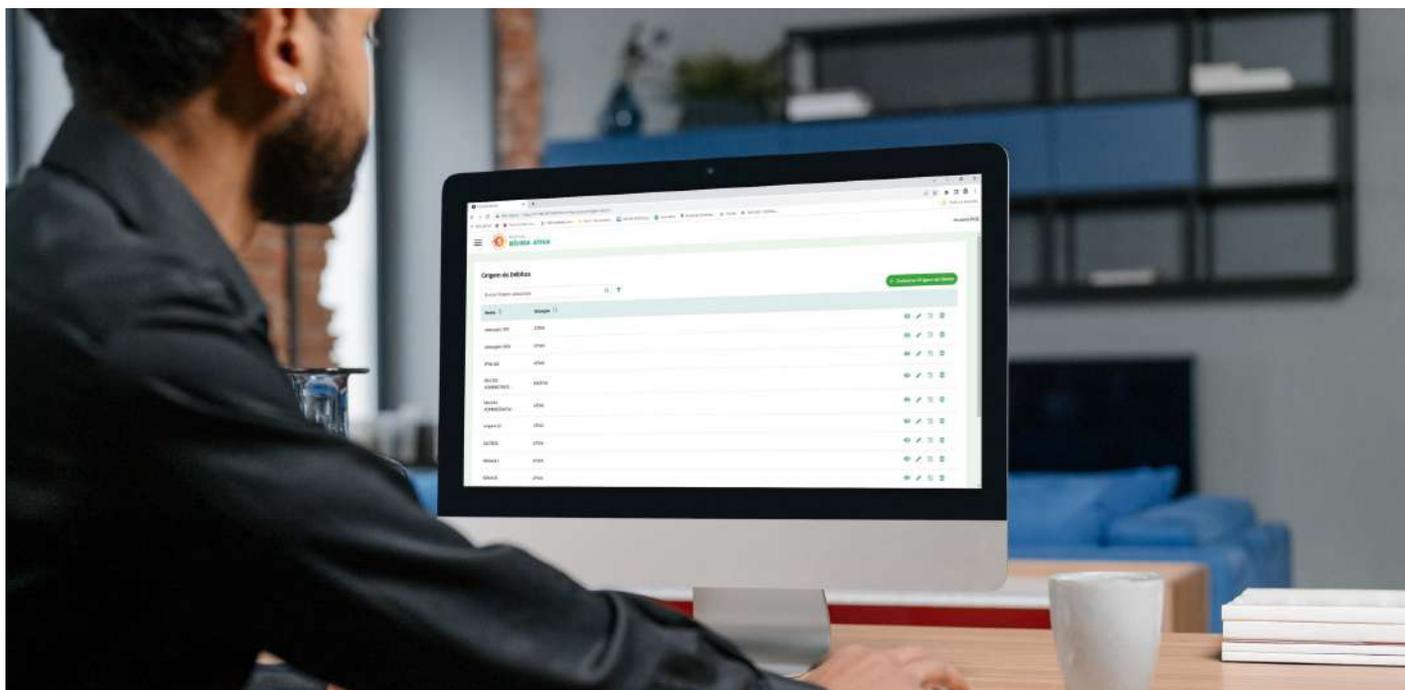
Em paralelo, está sendo precificado o custo para utilizar a plataforma da Athornatus (solução de procuradoria digital com inteligência artificial para gestão do contencioso judicial e consultivo).



PORTAL
DÍVIDA ATIVA

**EVOLUÇÃO
NOS PROJETOS**

O sistema encontra-se em desenvolvimento, por meio da Fábrica de Software da ETICE.



No momento, foi definida a arquitetura da plataforma, o guia de estilos e as telas de cadastro de:

- Tipos de Receita
- Origem de Débitos
- Gestão de Usuário e Permissões
- Autenticação

O projeto possui **29 épicos****, estando **2 concluídos** e **4 em andamento**.

**conjunto de grandes projetos

O projeto visa utilizar Robotização e Inteligência Artificial para agregar velocidade nos processos manuais realizados nos sistemas Portal do Procurador, Dívida Ativa e LicitaGOV.



No momento, está em desenvolvimento um robô para realizar a leitura de diários e realizar o cadastro no Portal do Procurador de forma automática.

Além disso, está sendo desenvolvido **um novo Buscador de Peças**, utilizando-se de uma busca semântica de alta precisão.

INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA



REESTRUTURAÇÃO FÍSICA



✔ **MANUTENÇÃO DO TELHADO E ELÉTRICA DO PRÉDIO DA DÍVIDA ATIVA**



✔ **READEQUAÇÃO ELÉTRICA E DE LAYOUT DA ÁREA DE ASSESSORES, APOIO E ESTAGIÁRIOS E NOVA INSTALAÇÃO DE SALA PARA PROCURADOR DO ESTADO. REFORMAS NA CÉLULA DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO E NO SETOR DE TRANSPORTES.**

REESTRUTURAÇÃO FÍSICA



✓ ILUMINAÇÃO INTERNA

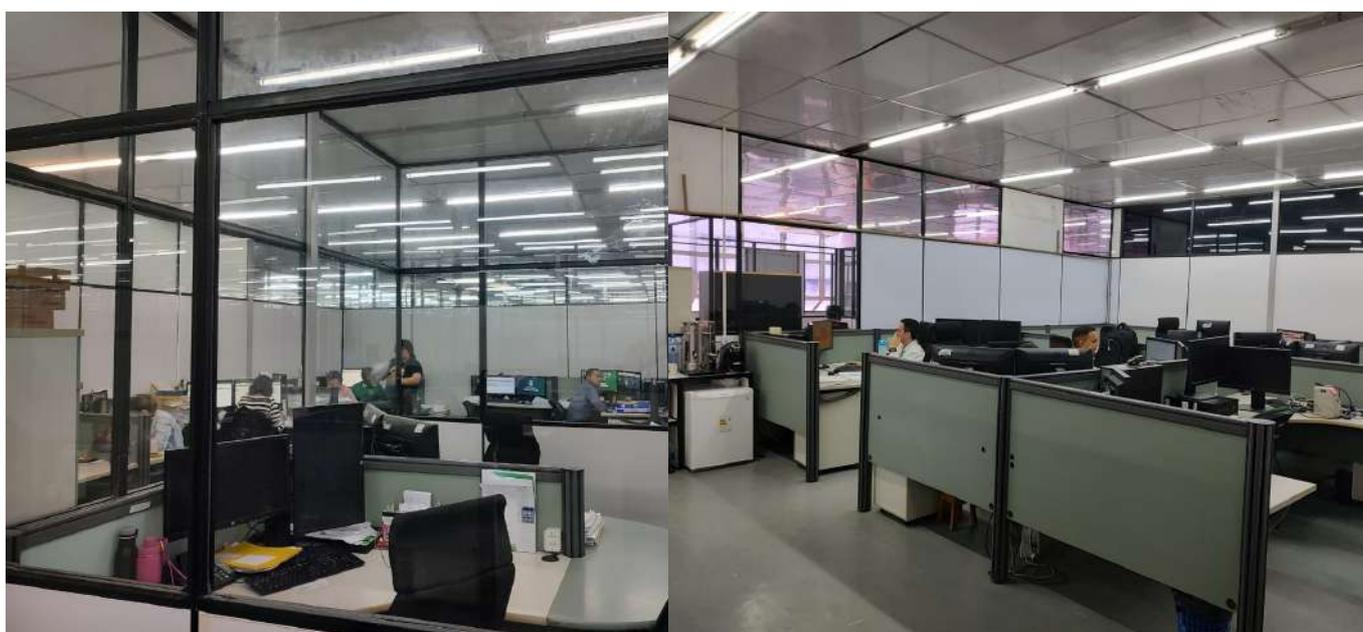


✓ ILUMINAÇÃO EXTERNA

REESTRUTURAÇÃO FÍSICA



✓ **PROCURADORIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES**

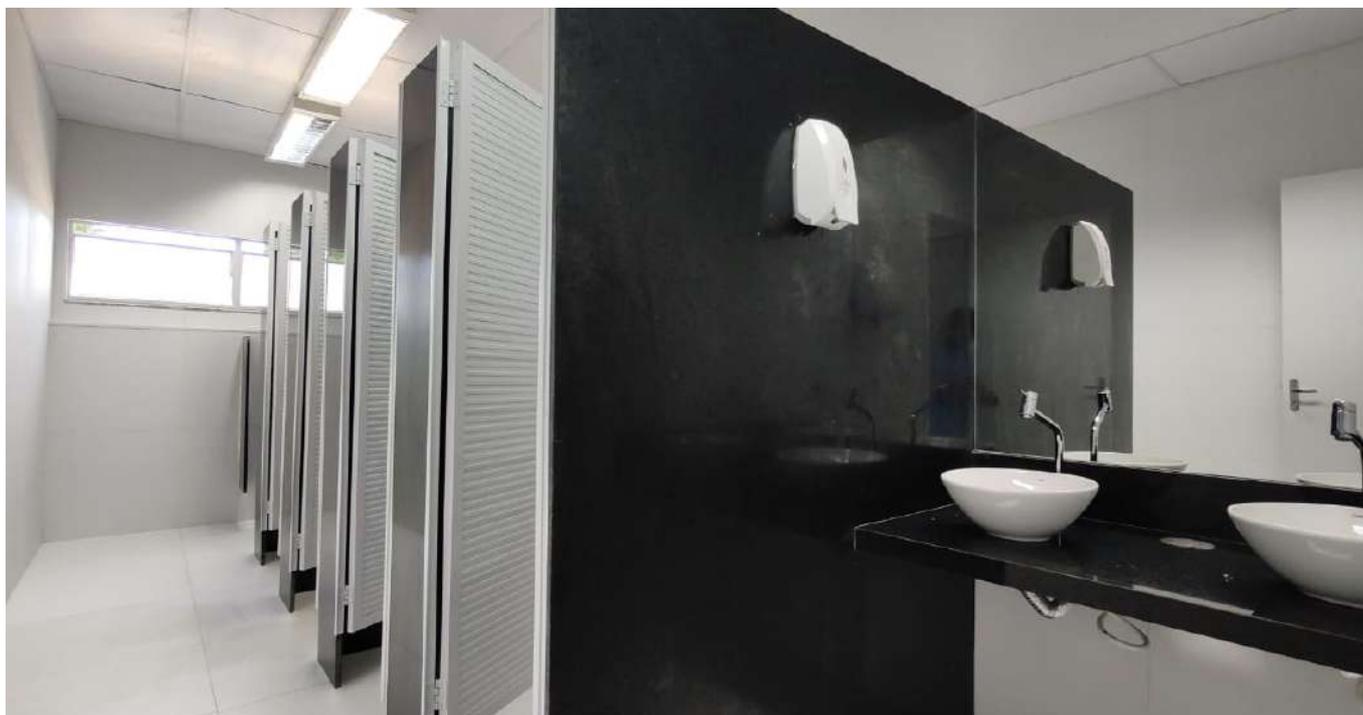


✓ **CONSULTORIA-GERAL**

REESTRUTURAÇÃO FÍSICA



✓ **REFEITÓRIO DA PGE**



✓ **BANHEIROS PRINCIPAIS DO PAVIMENTO SUPERIOR**

REGISTROS

10 de janeiro

PGE-CE cria Comitê Consultivo de Gestão Interna com o objetivo de propor providências administrativas e de inovação ao Gabinete nas questões relacionadas à gestão interna, buscando o incremento da eficiência



18 de janeiro

A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará realiza a primeira reunião com os procuradores-chefes para alinhamento de projetos e estratégias para 2023.



25 de janeiro

PGE-CE participa de audiências de conciliação em precatórios e obtém economia que ultrapassa R\$ 10 milhões.

27 de janeiro

PGE-CE participa de posse de 23 novos magistrados cearenses.

1º de fevereiro

Trabalho de combate a fraudes da PGE-CE contra a Previdência gera economia estimada em R\$ 2,58 milhões ao ano



1º de fevereiro

PGE-CE participa de posse de nova gestão do TJCE.



8 de fevereiro

Atuação da Central de Licitações gera economia de R\$ 2,90 bilhões em 2022. Central de Licitações completa 16 anos de pioneirismo e consolida-se como referência para outros estados.

16 de fevereiro

PGE-CE participa de evento TCE Ceará Orienta. A iniciativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE), com apoio da Escola de Contas Instituto Plácido Castelo (IPC), foi um encontro de formação de gestores públicos estaduais que assumiram os cargos em 2023.

20 de fevereiro

PGE-CE contribui para projetos de combate à fome e redução das filas de cirurgias

REGISTROS



22 de fevereiro

Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos viabiliza economia de R\$ 62,83 milhões com a realização de acordos.

27 de fevereiro

Ministro do STF determina atualização de valores referente a pagamento de precatórios do Fundef reivindicado pelo Estado do Ceará



2 de março

PGE-CE participa de reunião sobre retomada das obras da ferrovia Transnordestina.



24 de fevereiro

Litígio com Piauí e recursos do Fundef são temas de reuniões da PGE-CE com ministros do Supremo.



8 de março

Estado do Ceará, com atuação da PGE-CE, consegue suspender o edital de concessão do Parque Nacional de Jericoacoara.



24 de fevereiro

PGE-CE fortalece diálogo institucional com a Defensoria Pública do Estado do Ceará.



9 de março

PGE-CE reforça compromisso com a equidade no Dia Internacional da Mulher.

REGISTROS

9 de março

PGE-CE coordena Grupo de Trabalho multidisciplinar para subsidiar defesa do Ceará em litígio com o Piauí. A criação do GT foi publicada no Diário Oficial do Estado de 9 de março de 2023.



17 de março

PGE-CE realiza com Sema e Setur oficinas sobre gestão compartilhada do Parque Nacional de Jericoacoara.



22 de março

PGE-CE recebe Selo “Empresa Parceira” do TJCE



24 de março

PGE-CE fortalece diálogo institucional com Secretaria dos Povos Indígenas e Polícia Civil



3 de abril

PGE-CE integra seminário sobre a Nova Lei de Licitações com mais de 900 participantes



31 de março

PGE-CE participa de posse de desembargador do TRT-7



14 de abril

PGE-CE participa de reunião do Colégio Nacional de Procuradores realizada em Fortaleza

REGISTROS



27 de abril
PGE-CE participa de reunião sobre litígio na Câmara dos Deputados



30 de maio
PGE-CE ressalta a importância da sociedade civil na defesa dos interesses da população do CE em litígio.



11 de maio
PGE-CE apresenta proposta de gestão compartilhada do Parque Nacional de Jericoacoara

2 de junho
PGE assegura constitucionalidade da lei que proíbe pulverização aérea de agrotóxico no CE

5 de junho
55 empresas notificadas para regularizar dívidas fiscais pelo CIRA, comitê que PGE integra



13 de junho
PGE-CE institui o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho



22 de maio
Assembleia Legislativa homenageia procuradores do Estado do Ceará

16 de junho
PGE promove, em parceria com TJCE, audiências de conciliação para pagamento de precatórios

REGISTROS



18 de junho
PGE-CE participa do lançamento do Pacto por um Ceará Sem Fome



22 de junho
Em Baturité, PGE participa de primeiro encontro regional do Plano Plurianual Participativo

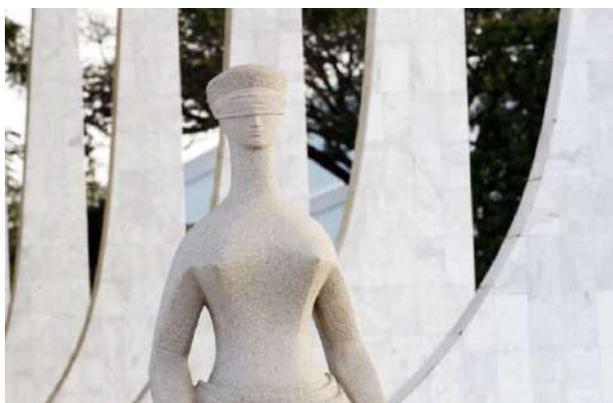


19 de maio
PGE dialoga com sociedade civil, agronegócio e políticos sobre litígio

23 de junho
PGE fecha acordos que representam economia de R\$ 7,53 milhões no pagamento de precatórios



29 de junho
Litígio é tema do programa Questão de Ordem veiculado na TV Assembleia



19 de junho
STF atende a pedido da PGE-CE e libera pagamento da segunda parcela do precatório do Fundef

3 de julho
Assembleia Legislativa aprova projeto de lei que fortalece combate às fraudes previdenciárias no âmbito da PGE

3 de julho
CGE apresenta os procedimentos da segunda etapa do Programa de Integridade na PGE-CE

5 de julho
Núcleo Estratégico para Demandas Especiais da PGE inicia atividades

REGISTROS



6 de julho
PGE-CE contextualiza litígio entre Ceará e Piauí no
Cena Pública, da TV Ceará

7 de julho
Integrantes do GT participam de reunião no Exército
sobre litígio com o Piauí.

12 de julho
CE tem acesso a critérios de perícia do Exército e
reafirma defesa de limites atuais



21 de julho
PGE participa de solenidade em que foram assinados
acordos de cooperação do Pacto para o Ceará sem Fome



27 de julho
Procuradores do estado assumem como integrantes
do Conselho Superior da PGE-CE



28 de julho
PGE-CE apresenta, em reunião de secretariado,
resultado positivo da atuação no 1º semestre



4 de agosto
PGE-CE integra Conselho Interinstitucional de Justiça
Restaurativa, Mediação e Cultura de Paz

REGISTROS



7 de agosto
PGE-CE integra Conselho de Governança e Desenvolvimento da Produção de Hidrogênio Verde



24 de agosto
PGE-CE integra mutirão para viabilizar Projeto Malha D'água, que amplia segurança hídrica no Sertão Central



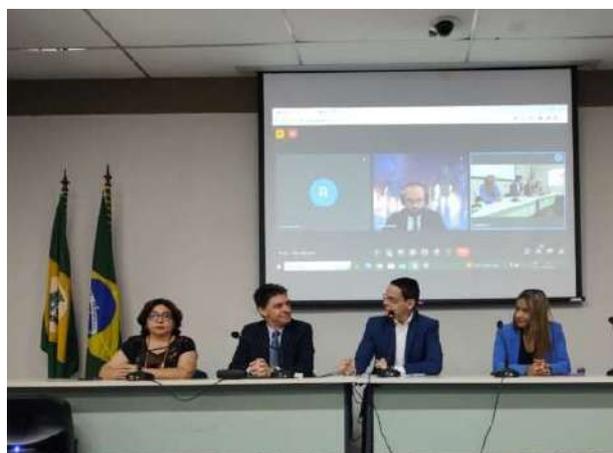
11 de agosto
PGE realiza reunião com representantes dos povos indígenas sobre defesa do CE em litígio com o Piauí



28 de agosto
PGE-CE dialoga com OAB-CE sobre melhorias relacionadas à arrecadação tributária



17 de agosto
Em Viçosa do Ceará, PGE contribui com audiência sobre disputa territorial entre CE e PI



29 de agosto
Palestra capacita servidores com o objetivo de ampliar segurança jurídica nas licitações

REGISTROS



4 de setembro
TRE-CE recebe PGE-CE para debater medidas de cooperação



14 de setembro
PGE reafirma defesa do Ceará no processo de litígio durante evento na Serra da Ibiapaba



5 de setembro
PGE-CE acompanha sessão e promove a defesa das contas do governo estadual no TCE



21 de setembro
Programa Cientista Chefe está em fase de implementação na PGE-CE



8 de setembro
Governo Federal cancela edital de concessão do Parque Nacional de Jericoacoara



21 de setembro
Ciclo de Debates sobre Inteligência Artificial e Poder Público reúne especialistas na PGE

REGISTROS



22 de setembro
Em palestra sobre Valorização à Vida, psicóloga convida à reflexão sobre saúde mental

2 de outubro
PGE-CE convoca novos candidatos aprovados no concurso de Procurador do Estado



23 de outubro
PGE-CE e Secretarias Estaduais celebram o Dia do Servidor no Centro Administrativo Bárbara de Alencar

25 de outubro
PGE-CE terá concurso para 35 vagas de nível superior



26 de outubro
Início do Ciclo de Formação – Ceará Licita, contemplando colaboradores e servidores de 50 municípios cearenses

1º de novembro
Ceará cria Comissão Central para apurar responsabilidade em licitações



9 de novembro
Grupo de Trabalho apresenta Nota Técnica com análise de documentos históricos sobre litígio entre CE e PI

REGISTROS



16 de novembro
PGE-CE tem projeto de inovação aprovado e passa a contar com Programa Cientista Chefe



23 de novembro
PGE-CE e Sefaz realizam reunião para otimizar pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) no Ceará



24 de novembro
OAB-CE entra com pedido de ingresso no STF como interessada no processo de litígio



1º de dezembro
A PGE-CE participa do lançamento do Programa Justiça 4.0, iniciativa que representa avanço no sistema Judiciário brasileiro e pode garantir serviços mais rápidos, eficazes e acessíveis.



5 de dezembro
Mutirão de pagamento de precatórios com participação da PGE-CE prevê pagar R\$ 46,5 mi aos credores



11 de dezembro
PGE-CE participa de lançamento de livro com documentos que comprovam posse ininterrupta de territórios cearenses

REGISTROS



22 de dezembro
PGE-CE subscreve acordo para a criação do Mosaico de Jericoacoara e a gestão integrada e ampliada do Parque Nacional de Jericoacoara



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

